

carta da amazônia

MAL INVISÍVEL

Durante a pandemia, ao limpar as compras do supermercado, fui impactada pela ideia de que aquilo que sempre comi com prazer e despreocupação agora poderia causar a minha morte, sem apresentar qualquer sinal prévio de perigo. Minha atenção aos indícios de deterioração da comida (como tampas estufadas de latas, fungos, cores estranhas e mau cheiro) tomou, subitamente, enorme proporção no meu dia a dia. Além disso, passei a me preocupar com coisas que não me incomodavam, como saber se alguém tocou nos produtos antes de mim ou quem cozinhou a comida e transportou as vasilhas, no caso de refeições compradas prontas.

A jornalista e escritora Svetlana Aleksíevitch, em seu livro *Vozes de Tchernóbil*, baseado em depoimentos de sobreviventes do desastre da usina nuclear, reporta as reações de pessoas que se recusaram a abandonar as suas casas e lavouras depois da tragédia e sentiram, guardadas as proporções, o mesmo desconforto que eu ao terem que higienizar suas coisas. “Mandaram que lavássemos as mantas, os lençóis, as cortinas. Mas se estavam dentro de casa! Nos armários e baús! Que radiação poderia haver nas casas? Atrás das vidraças? Atrás das portas? Essa é boa!”, reclama uma das pessoas entrevistadas. “Experimente dizer que não devem comer os pepinos e os tomates. Como assim? O gosto é normal. Comem e não sentem dor de estômago. E também não brilham no escuro”, diz outra. “Radiação não se vê, não tem odor nem som. É incorpórea. Passamos a vida lutando e nos preparando para a guerra, tão bem a conhecíamos, e, de súbito, isso! A imagem do inimigo se transformou. Surgiu diante de nós um outro inimigo”, comenta uma terceira pessoa.

Como os isótopos radioativos, outros elementos altamente tóxicos e igualmente invisíveis estão presentes na vida de comunidades inteiras, provocando com o passar do tempo doenças incapacitantes e morte. É o caso do mercúrio, metal pesado que hoje pode ser encontrado na água e nos alimentos de diversos povos indígenas que vivem na região amazônica, como os mundurukus.

Com uma população de cerca de 14 mil pessoas, distribuída em mais de 140 aldeias, o povo Munduruku habita desde o passado imemorial a região da Bacia

do Rio Tapajós, que nasce no Norte de Mato Grosso e segue pelo Pará, desaguando no Rio Amazonas, nas proximidades de Santarém. Estima-se que, do início ao final do século XIX, a sua população tenha passado de 40 mil para 18 mil pessoas, em consequência das perseguições e doenças levadas pelos brancos, com a instalação das missões religiosas na região a partir de 1803 e a invasão de seringueiros desde 1850.

O professor Honésio Dace Munduruku, de 34 anos, mudou-se para a cidade paraense de Itaituba em 1999, depois que sua mãe foi diagnosticada com tuberculose e precisou de um tratamento que não havia na aldeia. Recentemente, seu pai foi contaminado pela Covid-19 e morreu. Outros parentes seus também morreram por causa do vírus. “Desde que eu me entendo por gente, nunca vi uma tragédia como essa”, desabafou o professor. Mas, além da Covid-19, Honésio Dace se preocupa com outro mal invisível, o mercúrio, que tem provocado distúrbios neurológicos e motores em seu povo. “É uma doença silenciosa”, disse ele. “Eu nunca tinha visto o assunto. A primeira vez que vi foi em 2019. Se não chegasse uma pesquisa como a da Fiocruz, a gente não saberia.”

A pesquisa a que ele se refere foi realizada em outubro e novembro de 2019 em três aldeias mundurukus da Bacia do Tapajós: Sawré Muybu, Poxo Muybu e Sawré Aboy. Solicitada pela Associação Indígena Pariri, que representa os mundurukus do Médio Tapajós, foi coordenada pelo médico Paulo Cesar Basta e a bióloga Sandra de Souza Hacon, ambos da Fiocruz. A equipe, que contava com colaboradores de outras instituições, encontrou traços de mercúrio em todos os participantes da pesquisa, inclusive crianças. Mais da metade deles apresentou nível de mercúrio superior a 6 µg/g, valor considerado como passível de provocar riscos à saúde, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde) e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).¹

Os maiores índices foram encontrados na aldeia Sawré Aboy, onde 87,5% das pessoas estavam contaminadas. A avaliação neurológica revelou diversas alterações

¹ Um micrograma (1 µg) equivale à milionésima parte de 1 grama, ou 1/1.000.000 g.



Meninos brincam no Rio Tapajós, no Pará, na Terra Indígena Sawré Muybu, dos mundurukus: pesquisa

O mercúrio usado em garimpos está arruinando a saúde dos indígenas

APARECIDA VILAÇA



MAURICIO LIMA, 2015

da Fiocruz encontrou o maior nível de mercúrio numa criança de 10 anos. “Pode haver o comprometimento de uma geração inteira de pessoas que vivem na Amazônia”, afirmam os pesquisadores



O BEIJO DE JUDAS, C. 1306, GIOTTO

na população pesquisada, sendo uma das mais graves a polineuropatia periférica, que afetava 9% das pessoas com idade acima de 12 anos – e era quatro vezes mais frequente na aldeia Sawré Aboy. Trata-se de um mal que atinge os nervos responsáveis por levar as informações do cérebro e da medula para o restante do corpo, causando desde perda de sensibilidade até atrofia muscular, especialmente nas mãos e nas pernas.

Honésio Dace é formado em letras na Faculdade de Itaituba (FAI) e trabalha na Coordenação Municipal de Educação dessa cidade. Ele contou que por três anos seguidos acompanhou o censo escolar local e se surpreendeu com o alto índice de reprovação de crianças a partir de 7 anos. “O que está causando isso?”, indagou. Um de seus alunos, um rapaz munduruku de 17 anos, não frequenta as aulas desde 2019 porque não pode mais andar. “A gente ficou se perguntando várias vezes, quando o nosso aluno adoeceu. A gente não sabe qual é o problema dele.” O rapaz chegou a ser levado para consultas em Santarém, mas até hoje o seu mal não foi diagnosticado. O professor disse que há diversas crianças com problemas motores nas aldeias mundurukus.

De acordo com a pesquisa da FioCruz, um dos problemas principais é a identificação dos sintomas de intoxicação por mercúrio, tarefa para a qual as equipes de saúde que atendem os indígenas não estão preparadas. Uma abordagem médica superficial pode confundir esses sintomas com outros distúrbios, como, no caso de crianças, a dificuldade de concentração.

O mercúrio, que na tabela periódica tem o número 80 e o símbolo Hg, é classificado como metal pesado por sua alta densidade atômica. A título

de exemplo, 1 cm³ de um metal leve, como o magnésio, pesa 1,7 g, enquanto a mesma quantidade de um metal pesado pesa entre 6 e 13,6 g. O arsênio, o cádmio e o chumbo são outros desses metais, utilizados na produção de fertilizantes e inseticidas (os chamados agrotóxicos), bem como na de navios, pilhas, baterias e lâmpadas. Os metais pesados caracterizam-se por serem bioacumulativos, o que significa que, depois de assimilados por contato, inalação ou ingestão, costumam a ser eliminados e tendem a permanecer no organismo por um longo período.

Quando essas substâncias se misturam à água, elas entram na cadeia alimentar (sequência de organismos que servem de alimento uns aos outros), passando dos animais às pessoas. No corpo humano, ligam-se às paredes das células, dificultando a passagem de nutrientes, ou as atravessam, unindo-se a proteínas e enzimas essenciais às funções celulares. Causam então os mais diversos males, como lesões no cérebro, no aparelho digestivo, nos rins e nos pulmões. Em 2015, o Instituto Pure Earth, que identifica os problemas causados pela poluição no mundo, situou o mercúrio em terceiro lugar num ranking de poluentes mais tóxicos, a partir do número de pessoas afetadas, depois do chumbo e dos isótopos radioativos. O instituto estima que 19 milhões de seres humanos correm o risco de adoecer devido ao contato com o mercúrio.

Encontrado na natureza em pequenas quantidades e na forma inorgânica, especialmente nos solos, o mercúrio não causa danos, se não for manipulado. Caso se ligue, porém, a bactérias presentes em ambientes aquáticos, passa por um processo chamado de metilação ou detoxificação (quando se associa a um grupo metila, ou seja, um carbono ligado a três hidrogênios), formando o composto orgâ-

nico metilmercúrio. Altamente tóxico, esse composto é absorvido pelo plâncton (espécie de poeira aquática composta por microrganismos), que serve de alimento aos peixes – e dos peixes passa para os humanos. Quanto mais alto o nível de um ser na cadeia alimentar, maior é a sua concentração de metal, característica conhecida como biomagnificação.

No corpo humano, o mercúrio tem também a capacidade de atravessar duas importantes barreiras: a do córtex cerebral e a da placenta. De modo que, neste caso, afeta particularmente as mulheres grávidas, podendo causar abortos espontâneos ou doenças neurológicas severas nos bebês. Estudos mostram que cada 1,0 µg de mercúrio encontrado no cabelo de uma mulher grávida implica no comprometimento de 0,18 pontos no quociente de inteligência (Q.I.) de seu bebê.

Na pesquisa da FioCruz com os mundurukus, o maior nível de mercúrio de todas as amostras, 23,9 µg/g, quatro vezes o valor máximo tolerável, foi encontrado em uma criança de 10 anos. Em um bebê de 11 meses, o nível atingiu 19,6 µg/g. Seis das crianças estudadas apresentaram problemas no desenvolvimento da linguagem e duas delas tinham também distúrbios motores. “Pode haver o comprometimento de uma geração inteira de pessoas que vivem na Amazônia, caso nada seja feito pelas autoridades”, afirmam Basta, Hacon e seus colaboradores na conclusão da pesquisa.

Os biólogos que participaram da pesquisa da FioCruz com os mundurukus também mediram a taxa de mercúrio nos tecidos musculares de dezoito espécies de peixes que são consumidas regularmente pelos indígenas. Todos os exemplares estudados estavam contaminados. A comparação com estudo semelhante realizado na região em 1995 revelou que os índices haviam aumentado mais do que o dobro. Estima-se que, atualmente, a dose de ingestão diária de mercúrio pela população munduruku é de 4 a 18 vezes maior do que o limite seguro preconizado pela Agência de Proteção Ambiental Norte-Americana (EPA, na sigla em inglês) e de 2 a 9 vezes maior do que o limite tolerado pela FAO – a grande variação nesses índices está relacionada à maior ou menor proximidade das aldeias dos pontos de garimpo, a principal fonte da substância tóxica.

A maioria dos mundurukus habitava tradicionalmente nas savanas do interior, e apenas uma pequena população vivia às margens dos grandes rios. Com o tempo, essa proporção mudou. Segundo Honésio Dace, isso ocorreu por causa da expansão dos seringais, no início do século passado, e sobretudo da atividade missionária franciscana, que atraiu os indígenas para localidades de mais fácil acesso. Esse deslocamento provocou uma importante alteração nas atividades de subsistência: o peixe tomou o lugar da caça como principal fonte de proteína na alimentação dos

mundurukus. “A nossa fonte de alimento mais importante hoje é o rio”, ele disse.

Líderes indígenas, como Alessandra Korap Munduruku, atestam o problema causado pelo mercúrio em seu povo. “A gente sabe que a gente está doente, a gente sabe que a gente tem índice de mercúrio dentro do corpo. Mas [o peixe] é a única fonte que nós temos, a gente não pode deixar de comer o peixe porque está com mercúrio. Se fosse assim, todo mundo ia morrer de fome porque a maioria depende do rio, depende do peixe para sobreviver”, afirmou a líder ao site *Brasil de Fato*. Em outubro do ano passado, ela ganhou o Prêmio Robert F. Kennedy de Direitos Humanos por sua luta pela demarcação dos territórios indígenas e contra a instalação de grandes projetos na região, como os de hidrelétricas e mineração.

Em conversa telefônica com Hans Kabá Munduruku, que já foi eleito várias vezes vereador de Jacareacanga (PA) e hoje é assessor do prefeito não indígena, mencionei o caso do rapaz de 17 anos que havia perdido os movimentos. “Está tendo mais”, ele disse. “A pessoa cai, amolece e fica mole, mole, mole, sem movimentos. Muita gente diz que é reumatismo, AVC, mas não tem como provar. Tá atacando jovens, adultos, adolescentes. Até hoje os médicos que entram nas aldeias não diagnosticaram essa doença.” Hans Kabá falou também que as doenças mais comuns em sua região, ao encontrarem corpos enfraquecidos, agravaram-se: “São a malária, a gripe e a diarreia. Só que agora as equipes de saúde têm tido dificuldade de combater.”

Arnaldo Kabá Munduruku, cacique-geral de seu povo, contou-me que sua irmã de 60 anos “fica todo o tempo tremendo e só anda de cadeira de rodas”. A cunhada dele está com restrições nos movimentos e só consegue caminhar dentro de casa. “Me preocupa muito é aquele que nasce hoje em dia, que não viu nada ainda. A gente já viveu muito. Vejo o povo animado, menininho que nem sabe o que tem no corpo dele. Tem criança que nasce aleijada, molinha”, disse ele.

Em abril de 1956, uma menina de 5 anos de Minamata, na costa ocidental da Ilha Kyushu, no Japão, foi levada ao hospital com convulsões e dificuldade para andar e falar. Dois dias depois, a sua irmã mais nova e a filha de uma vizinha foram internadas com os mesmos sintomas. Mais oito pessoas foram diagnosticadas com sintomas iguais. Em 1º de maio, o diretor do hospital reportou a descoberta de uma epidemia desconhecida que atacava o sistema nervoso central. Como se suspeitou que a doença fosse contagiosa, as pessoas foram isoladas e tiveram suas casas desinfetadas.

O comitê que pesquisou a doença ficou sabendo que havia na região, desde 1953, um distúrbio conhecido como “febre dos gatos dançantes”, pela similitude entre o movimento errático dos felinos que viviam naquela área e os sintomas

físicos dos doentes. Descobriu também que, ali, corvos e aves marinhas costumavam cair do céu, as algas haviam desaparecido e peixes mortos apareciam todo dia sobre a superfície da água.

Pessoas nos estágios iniciais da doença começaram a chegar ao hospital, queixando-se de dormência nas extremidades dos membros, dificuldade para apertar botões e pegar pequenos objetos, além de problemas de visão e deglutição. Em outubro, já havia 40 pacientes, dos quais 14 morreriam nas semanas seguintes. Todos os doentes viviam à beira da Baía de Minamata, alimentavam-se basicamente de peixes e frutos do mar (cujos restos eram dados aos gatos) e haviam sido envenenados por algum metal pesado. A doença foi batizada como “mal de Minamata”.

Os olhos voltaram-se, então, para a Chisso Corporation, fábrica de fertilizantes feitos com base de nitrogênio, instalada em Minamata em 1908. Com a expansão das indústrias químicas no Japão, a Chisso havia passado, em 1932, a produzir acetaldeído, acetileno, ácido acético, cloreto de vinil e octanol, entre outras substâncias. O acetaldeído é utilizado na produção de medicamentos, resinas sintéticas, pesticidas, corantes e na preservação de frutas. Ocorre que a sua produção usa como catalisador (facilitador das reações químicas) o sulfato de mercúrio, que produz como dejetos a forma orgânica desse metal pesado, o metilmercúrio. O dejetos vinha sen-

do despejado há décadas na Baía de Minamata, contaminando os peixes e frutos do mar – e a intoxicação levou 24 anos para se manifestar claramente.

Somente em 1958 foi possível identificar o mercúrio, em meio a diversos metais pesados despejados pela Chisso, como o causador da doença. Apesar disso, a fábrica só foi fechada em 1968, quando 700 pessoas já haviam morrido e cerca de 3 mil estavam contaminadas.

A tragédia japonesa aparece como referência no documentário *Amazônia, a Nova Minamata?*, de Jorge Bodanzky. O cineasta acompanhou uma expedição do médico neurologista Erik Jennings Simões, de Santarém, e pesquisadores da Fiocruz aos mundurukus e ribeirinhos. No trailer do filme ainda inédito, o médico expressa a sua preocupação com os indígenas: “Há trinta anos que os exames têm mostrado um nível muito alto de mercúrio no cabelo e no sangue dessas pessoas. Uma vez contaminado com mercúrio, não existe reversão dos sintomas. É uma contaminação que evolui durante anos. Imperceptível.” De acordo com alguns estudos sobre intoxicação por mercúrio, sintomas como dormência nas mãos e nos pés, câimbras, visão periférica limitada, deficiência no olfato e paladar, tremores, dificuldades para realizar tarefas finas com os dedos e fadiga geral podem permanecer até trinta anos depois de interrompida a exposição à substância.

No caso do tecnólogo em saneamento ambiental Cássio Freire Beda, de 36 anos, que morreu em abril passado em decorrência da ingestão de mercúrio, os efeitos surgiram muito rapidamente e de forma aguda. Vinculado à ONG ISA (Instituto Socioambiental) e, depois, ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário), ele trocou São Paulo pela Amazônia em 2014. Foi contaminado durante o período que passou junto ao povo munduruku, ao lado do qual lutou pela demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu e contra as invasões do território. Em 2016, Beda precisou voltar a São Paulo, pois já apresentava sintomas da intoxicação, como fraqueza muscular, dormência nos membros e dificuldade de locomoção. Mesmo doente, permaneceu ativo e deu mais de um depoimento em vídeo, todos eles tocantes, sobre as consequências da contaminação em seu corpo.

Na região do Tapajós, onde vivem os mundurukus, centenas de garimpos ilegais de ouro despejam nos rios toneladas de mercúrio, que é usado para separar o ouro dos demais sedimentos. Calcula-se que existam entre 30 mil e 50 mil garimpeiros ilegais na região. E não só ali. Embora toda a legislação indigenista – desde o Estatuto do Índio, de 1973, até o artigo 231 da Constituição – proíba o garimpo por terceiros em terras indígenas (TI), constatou-se que ele é

praticado nas seguintes áreas: TI Yanomami (em Roraima e Amazonas), TI Sararé e TI Paukalirajausu (ambas dos nambiquaras, em Mato Grosso), TI Baú e TI Menkragnoti (dos kayapós, no Pará), TI Sai Cinza e outras terras dos mundurukus, kayabis e apiakás (em Mato Grosso e Pará).² De acordo com a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada, em 2018 existiam 453 pontos de garimpagem ilegal na Amazônia brasileira (todos eles utilizando mercúrio), sendo que 18 estavam localizados em terras indígenas.

Estima-se que, nos garimpos legalizados e sujeitos à fiscalização, o mercúrio seja usado na proporção de 1:1, isto é, para cada 1 kg de ouro recorre-se a uma quantidade equivalente de mercúrio. No caso dos garimpos ilegais, essa proporção dobra, de modo que para a extração de 1 kg de ouro utiliza-se 2 kg de mercúrio. Esse metal é usado no garimpo por causa de sua capacidade de aderir ao ouro, formando um amálgama. Isso permite que o metal precioso seja separado com mais facilidade dos demais sedimentos (como rochas e areia) capturados na bateia ou sugados por bombas. Depois dessa triagem, o amálgama é aquecido até que o mercúrio evapore, restando apenas o ouro.

² Conforme *Geografia do Ouro na Amazônia Brasileira: Uma Análise a Partir da Porção Meridional*, tese de doutorado de Luiz Wanderley, defendida em 2015 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Cult

ano 24 • maio 2021 • edição 269 • R\$ 25,00 • revistacult.com.br

entrevista

Christian Dunker

“No Brasil há uma cultura que pune quem não está na rota do narcisismo”

dossiê

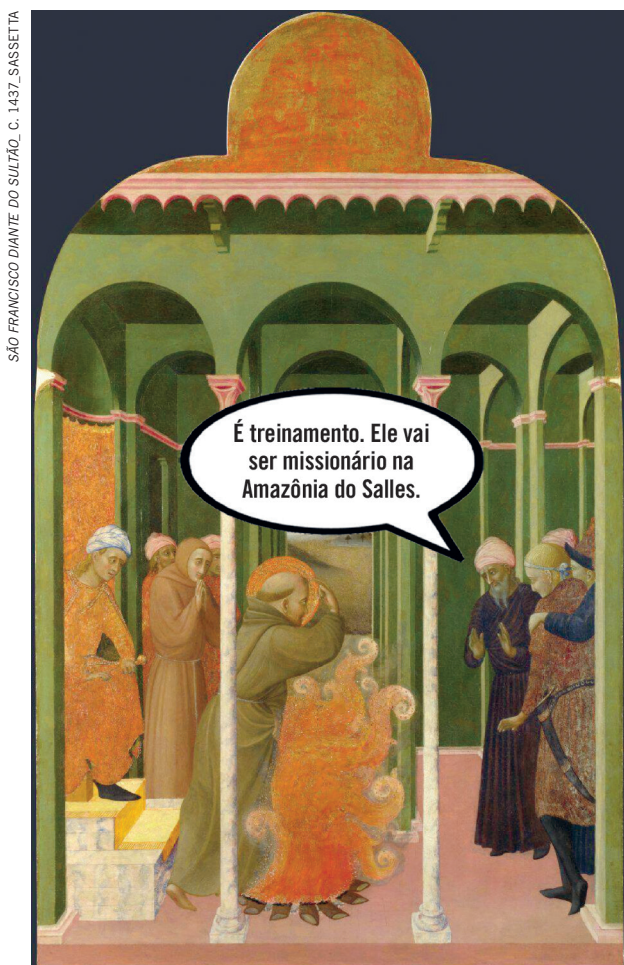
Refletir e resistir

Como entender e enfrentar a violência contra pessoas LGBTI+

Nas bancas,
livrarias e em
cultloja.com.br

[📷 revistacult](https://www.instagram.com/revistacult) [f revistacult](https://www.facebook.com/revistacult)
[📺 cultrevista](https://www.youtube.com/channel/UC...) [📺 tvrevistacult](https://www.youtube.com/channel/UC...)

revistacult.com.br



SÃO FRANCISCO DIANTE DO SULTÃO. C. 1437. SASSETTA

O mercúrio evaporado pode permanecer por muitos dias no ambiente, caso a queima tenha sido feita em locais fechados. Cerca de 80% do metal vão para a atmosfera e, com as chuvas, chegam aos rios; os demais 20% são lançados diretamente nas águas durante o garimpo. Acumulados nos rios, transformam-se em metilmercúrio tóxico.

Todo o mercúrio utilizado no Brasil é importado. Para os garimpos ilegais, a entrada do produto se dá clandestinamente por duas vias principais: as fronteiras com a Guiana e com a Bolívia. Embora o Brasil tenha um protocolo legal para a importação de mercúrio, a fiscalização é quase inexistente, e alguns pesquisadores constataram que o metal pode ser comprado em sites da internet, uma vez que é fácil de ser ocultado e transportado. Em 17 de janeiro, fiz um teste e verifiquei que poderia comprar 1 kg de mercúrio por 1,2 mil reais em um site brasileiro de compras online.

Jairo Saw Munduruku tem 52 anos e foi um dos fundadores da aldeia Sawré Aboy, no Pará, a mesma onde, segundo a pesquisa da Fiocruz feita em 2019, ocorre o maior número de contaminações por mercúrio. A aldeia, às margens do Rio Jamanxim, afluente do Médio Tapajós, situa-se na Terra Indígena Sawré Muybu, cujo processo de regulamentação foi interrompido pela atual gestão da Funai (Fundação Nacional do Índio), depois de contestada por duas associações de garimpeiros que atuam na região. De acordo com o jornal *Porantim*, publicado pelo Conselho Indige-

nista Missionário, também os ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente apresentaram relatórios contestando a chamada tradicionalidade da área. Há planos de se construir ali usinas hidrelétricas, para o que foi formado um consórcio de empresas chamado Tapajós.

O Rio Jamanxim, assim como o Tapajós e seus afluentes, vem sendo há muito explorado por garimpeiros. A cerca de 20 km da aldeia de Jairo Saw, rio acima, encontra-se hoje uma balsa de garimpo. “A balsa grande chupa o cascalho no fundo do rio”, ele contou. “Dali uma mangueira joga o material em uma caixa onde eles colocam o azougue [mercúrio]. Quando termina, colhem aquele material e começam a queimar, a vaporizar em um compartimento com uma chaminé aberta lá em cima. Os compradores de ouro da cidade fazem a queima de novo, para ver se não tem excesso de mercúrio no material.”

Segundo Jairo Saw, a água do Rio Jamanxim é visivelmente suja, o que levou os indígenas a recorrerem a um dos seus afluentes, o Jamanxizinho – até que um garimpo se instalou também ali, sujando as águas e obrigando os mundurukus a voltar ao rio anterior. É ali também que os indígenas pescam, especialmente peixe-cachorro, piranha e surubim que, por serem peixes que se alimentam de outros peixes, têm maior índice de mercúrio no corpo. “A nossa fonte de subsistência é o rio. Às vezes a gente consegue alguma caça, mas tudo está contaminado também”, ele disse.

A mulher de Jairo Saw sofre de um câncer em estágio avançado. Ele não sabe

se a doença tem alguma relação com a contaminação por mercúrio, que o Instituto Nacional do Câncer classifica como uma substância com possível efeito cancerígeno. Mas sabe exatamente o nível desse metal encontrado no corpo dela pelos pesquisadores: 12,4 µg/g, mais do que o dobro do limite tolerável.

Ouro tem seu preço determinado nas bolsas de valores, em dólar, com variação regulada pelo mercado internacional. Trata-se do ativo mais protegido das desvalorizações monetárias e por isso muito procurado durante as crises econômicas mundiais. Os booms de mineração ocorrem justamente nesses momentos de crise. O fim do padrão-ouro, que desatrelou o metal precioso das moedas nacionais no início dos anos 1970, também fez crescer enormemente o interesse pela sua exploração. Foi nessa época que ocorreu no Brasil a segunda corrida do ouro, dessa vez para a Amazônia (a primeira data do fim do século XVII e início do século XVIII, com a descoberta das aluviões de Minas Gerais).

O geógrafo Luiz Wanderley observou que nem sempre a equação entre crise internacional e aumento da garimpagem se mostra precisa no caso brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao garimpo ilegal. O afluxo de garimpeiros varia também conforme as “focacas”, como são chamados os boatos que circulam sobre a existência de ouro em determinado lugar. Por isso, um fator determinante é a acessibilidade. A inauguração do primeiro trecho da Rodovia Transamazônica, em 1972, permitiu o afluxo de garimpeiros (assim como de posseiros, madeireiros e criadores de gado) para locais antes de difícil acesso. Em meados dos anos 1970 foi aberta a BR-163, chamada de Rodovia do Oeste, ligando Mato Grosso ao Pará e que, no slogan do governo militar, tinha como objetivo “integrar para não entregar”. E quem não se lembra do gigantesco garimpo de Serra Pelada, na Serra dos Carajás, no Pará, aberto em 1979 e considerado o maior do mundo a céu aberto? Fechado pelo governo em 1992, parcialmente reaberto de forma temporária nos anos seguintes, o local é hoje um grande buraco de 200 metros de profundidade, cheio de água e mercúrio. Antes que fosse abandonado, uma epidemia de febre de Oropouche (doença causada pelo vírus homônimo, transmitido por mosquito, com sintomas semelhantes à dengue) matou muitos habitantes do “favelão”, como era conhecido o local onde viviam os garimpeiros.

A partir da década de 1970 ocorreu a chegada em massa de garimpeiros e companhias mineradoras em várias áreas, muitas delas em territórios indígenas, tais como a do Rio Xingu (Pará), do Rio Madeira (Rondônia) e Alta Floresta (Mato Grosso). Houve ainda a intensificação da atividade mineradora em regiões do Amapá e Vale do Rio Tapajós (Pará). No Amapá, o número estimado de garimpeiros passou de 500,

em 1980, para 15 mil, no fim da década. Na mesma época, no auge da mineração por meio de balsas, havia cerca de 20 mil garimpeiros no Rio Madeira.

O líder kayapó Bep’kororoti, o Paulinho Paiakan, que morreu de Covid-19 no ano passado, testemunhou a invasão do território de seu povo pelos garimpeiros, sobre a qual deu um testemunho em 1992:

Em 1979, mês de outubro, fui pra a minha aldeia, onde estou morando hoje. Quando me mudei, já tava começando a entrar os garimpeiros, sem consultar os índios. O próprio governo na época, de [João Baptista] Figueiredo, Mário Andrezza [ministro do Interior], [e o] presidente da Funai, [...], eles autorizaram a entrada de garimpeiros na reserva. E aconteceu, os índios não tinham mais condição de se manifestar e impedir [...] E hoje o que aconteceu? Não tem mais Caixa Econômica [...] nem ninguém do governo para dar assistência aos índios. A única coisa que o governo deixou para os índios é rio contaminado, poluído, doenças, malária, água que dá diarreia.³

Aos povos indígenas, os garimpeiros levam a violência e novas doenças, como a Covid-19, que se espalham como epidemias. Eles também produzem desmatamento e queimadas, que são fatores muito relevantes para o aumento da contaminação por mercúrio. Com as queimadas, a forma não tóxica desse metal, encontrada no solo e na biomassa, se espalha pela atmosfera e, com as chuvas, chega aos rios, onde se transforma na substância tóxica metilmercúrio.

Os yanomamis vivem no Brasil entre os estados de Roraima e Amazonas. Em 2019, data do censo realizado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), sua população era constituída por 26 780 pessoas, repartidas em 366 comunidades situadas dentro da Terra Indígena Yanomami, com uma área de 9,6 milhões de hectares. De acordo com o antropólogo Bruce Albert, que trabalha com os indígenas há quase cinco décadas, em 1987 teve início a corrida do ouro na terra yanomami, que levaria para lá quase 40 mil garimpeiros e criaria na região noventa pistas clandestinas de pouso de aviões. Entre 1987 e 1990, aproximadamente 13% da população yanomami morreu vitimada por malária e doenças respiratórias trazidas pelos garimpeiros. Fotos da época mostram indígenas magros e nus à beira da estrada, pedindo comida.

O livro *A Queda do Céu*, do líder Davi Kopenawa Yanomami e de Albert, cita no capítulo dedicado a essa invasão (*Comedores de Terra*) o trecho de uma entrevista feita em 1989 com o então senador Severo Gomes, em que ele conta o que viu na terra yanomami em Roraima:

³ Paulinho Paiakan, *Garimpo e Sociedades Indígenas*, in *Garimpo, Meio Ambiente e Sociedades Indígenas*, de Livia Barbosa, Ana Lucia Lobato, Antônio Carlos Sant’Ana Diegues e José Augusto Drummond (Cetem/Eduff, 1992).

A pista do posto de Paapiú parece um cenário da Guerra do Vietnã. Um avião pousa ou decola a cada cinco minutos. Uma ronda incessante de helicópteros sobrevoa a floresta. [...] O posto da Funai está abandonado. Seringas e medicamentos estão amontoados em desordem, misturados a latas de cerveja vazias. O registro dos tratamentos é folheado pelo vento. O rádio desapareceu [...]. Os Yanomami estão abandonados aos garimpeiros. O ronco dos motores só para após o anoitecer. Então – me diz um idoso –, nós escutamos um ruído muito pior: o de nossas crianças chorando de fome.

A narrativa de Kopenawa também revela o horror do momento:

Foi quando os garimpeiros chegaram até nós que realmente entendi de que eram capazes os napë [inimigos, brancos]! Multidões desses forasteiros bravos surgiram de repente, de todos os lados, e cercaram em pouco tempo todas as nossas casas. Buscavam com frenesi uma coisa maléfica da qual jamais tínhamos ouvido falar e cujo nome repetiam sem parar: oru – ouro. Começaram a revirar a terra como bandos de queixadas. Sujaram os rios com lamas amareladas e os enfumaçaram com a epidemia xawara [doença infecciosa de origem estrangeira para os indígenas] de seus maquinários. Então, meu peito voltou a se encher de raiva e de angústia, ao vê-los devastar as nascentes dos rios com voracidade de cães famintos. Tudo isso para encontrar ouro, para os outros brancos poderem com ele fazer dentes e enfeites, ou só para esconder em suas casas! [...] Se deixarmos os garimpeiros cavarem por toda parte, como porcos-do-mato, os rios da floresta logo vão se transformar em poças lamacentas, cheias de óleo de motor e lixo. Eles também lavam o pó de ouro misturando-o com o que chamam de azougue. Os outros brancos chamam isso de mercúrio. Todas essas coisas sujas e perigosas fazem as águas ficarem doentes e tornam a carne dos peixes mole e podre. Quem os come corre o risco de morrer de disenteria, descarnado, com violentas dores de barriga e tonturas.

Foi Kopenawa quem solicitou uma pesquisa para verificar a contaminação de mercúrio na terra yanomami. Feita em 2014, com a participação do médico Paulo Cesar Basta, da Fiocruz – o mesmo que depois faria o estudo com os mundurukus –, a pesquisa coletou amostras em quinze aldeias na região do Paapiú, em Roraima, onde vivem somente indígenas yanomamis, e quatro aldeias na região do Waikás, no mesmo estado, três delas habitadas pelos ye'kwanas e a outra pelos yanomamis.

A pesquisa revelou a alta concentração de mercúrio em indivíduos de todas as aldeias pesquisadas, especialmente nas da região do Waikás, nas imediações do Rio Uraricoera, onde havia forte presença de garimpo artesanal. Na região do Paapiú, o garimpo havia sido intenso na década de 1980, mas em 2014 encontrava-se menos ativo (voltaria a se intensificar a partir de 2019). Kopenawa, que

vivia em Paapiú no auge do garimpo, conta que “os rios tinham sido reduzidos a poças de água barrenta. Um sem-número de brancos escavava freneticamente a terra da floresta empesteada pela fumaça da epidemia xawara de seus motores. Até o chefe do posto da Funai de Paapiú acabou fugindo, assustado tanto com as ameaças dos garimpeiros quanto com suas doenças”.

Um yanomami que chamarei de Francisco – nome fictício por causa das ameaças que ele tem sofrido por sua atividade no movimento indígena – contou que “todos os igarapés que nascem no Pico da Neblina, no Amazonas, estão poluídos; alguns garimpeiros trabalham ali, outros passam para a Venezuela”. Francisco vive na aldeia Maturacá, no entorno do pico, e quatro sobrinhos seus, todos adolescentes, estão com a doença do mercúrio. “Dá uma crise do nada. A pessoa tá conversando e fica babando, tremendo, uns dez, quinze minutos. Não estudam. Só vivem dentro de casa. Tem também umas cinco crianças especiais, que nasceram assim. Não fala, mal senta e não consegue pegar as coisas.” Segundo ele, há casos iguais em outras localidades, como em Auaris e na Missão Catrimani, em Roraima.

Desde 1986 realizo pesquisa antropológica entre os Wari', povo que habita a região da Bacia do Rio Madeira e de seu afluente, o Mamoré, em Rondônia. Nesses rios, a extração de cassiterita iniciada na década de 1970 foi substituída pela garimpagem do ouro por meio de balsas. O acesso à cidade de Guajará-Mirim, a mais próxima das aldeias wari', se faz a partir de Porto Velho por uma rodovia sob a qual ainda se vê traços da antiga ferrovia Madeira-Mamoré. Trata-se da famosa Mad Maria do livro do escritor manauara Márcio Souza, cuja demorada construção foi concluída no início do século XX, visando o escoamento da borracha produzida na região e na Bolívia até os portos ribeirinhos.

Logo na minha primeira visita à região, naquele ano, me impressionou o grande número de balsas de garimpo no Rio Madeira, visíveis da estrada, e de pequenas vilas de garimpeiros. Placas ao longo do caminho diziam: “Compra-se ouro.” A partir de então, as vilas foram se transformando em cidades e as balsas nunca deixaram de fazer parte da paisagem.

A aldeia wari' em que fui trabalhar e morar, Rio Negro-Ocaia, situada na terra indígena homônima, fica às margens do Rio Negro, um afluente da margem direita do Rio Pacaás Novos, por sua vez afluente do Mamoré. Sua população atual é de cerca de 750 pessoas. Para chegar até lá a partir da cidade de Guajará-Mirim era preciso navegar em lancha por cerca de dez horas. Como as balsas vistas da estrada estavam a grande distância da aldeia, jamais associei o garimpo praticado por meio delas com alguma ameaça à qualidade de vida dos indígenas. Até que me surpreendessem os resultados de

uma pesquisa sobre a contaminação por mercúrio realizada entre os wari', publicada em 2003 por Elisabeth Santos e colaboradores do Instituto Evandro Chagas, do Pará, e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O teor médio de mercúrio encontrado nas amostras de cabelo de 910 pessoas que então viviam na aldeia foi de 8,37 µg/g, indicando exposição elevada, considerando-se o limite tolerável de 6 µg/g. Crianças de até 2 anos e entre 3 e 5 anos de idade apresentaram médias de 10,54 µg/g e 9,34 µg/g, respectivamente. Os valores mais altos foram encontrados nas populações que habitavam as margens do Rio Guaporé, assim como do Rio Pacaás Novos e seus afluentes – sobretudo o lugar que, por meses dispersos ao longo de mais de trinta anos, foi a minha casa, e onde me sentia distante de qualquer tipo de “poluição”: a comunidade do Rio Negro-Ocaia, com a maior média, 13,07 µg/g.

Enquanto vivi nessa aldeia, boa parte da proteína diária consumida vinha dos peixes, e sempre me lembro do sabor maravilhoso de um tucunaré assado em folhas de palmeiras. Aí está um exemplo claro da invisibilidade do mal causado pelo mercúrio, muito parecido com o medo atual da Covid-19, que parece estar em todos os lugares, inclusive em nossos alimentos, mas fora do alcance dos olhos. Como não tenho sinto-

mas, nunca fiz o teste para descobrir se fui contaminada pelo mercúrio durante minhas estadias na aldeia.

Não sei dizer se os resultados da pesquisa foram apresentados aos indígenas na época, mas, se isso ocorreu, os dados acabaram caindo no esquecimento. O wari' Abrão OroNao' (filho do líder Paletó OroNao', que morreu em 2017), a quem chamo de irmão, me disse desconhecer totalmente “essa história de contaminação”. Já os resultados da pesquisa feita entre os mundurukus em 2019 foram apresentados a eles publicamente em Santarém, em 30 de outubro do ano passado, com a presença de lideranças indígenas e pesquisadores.

Ex-ministra Marina Silva, ela mesma contaminada por mercúrio na infância em um seringueiro amazônico, iniciou em 1998 uma campanha pelo controle e a abolição do uso desse metal pesado no Brasil. Marina participou das discussões internacionais para as tratativas de um acordo assinado em 2013 por 140 países, inclusive o Brasil, conhecido como Convenção de Minamata. Seu objetivo é proteger a saúde humana do mercúrio e de seus compostos e implementar a progressiva redução do metal no processo industrial, até a total abolição.

Mas o Brasil parece ter se esquecido disso. Desde 2019, o governo Bolsonaro dá explícito incentivo ao garimpo,

MULHERES DO FUTEBOL
audioguia

100 anos de histórias incríveis de mulheres que lutaram pelo direito de jogar bola.

ESCUTE AGORA
museudofutebol.org.br

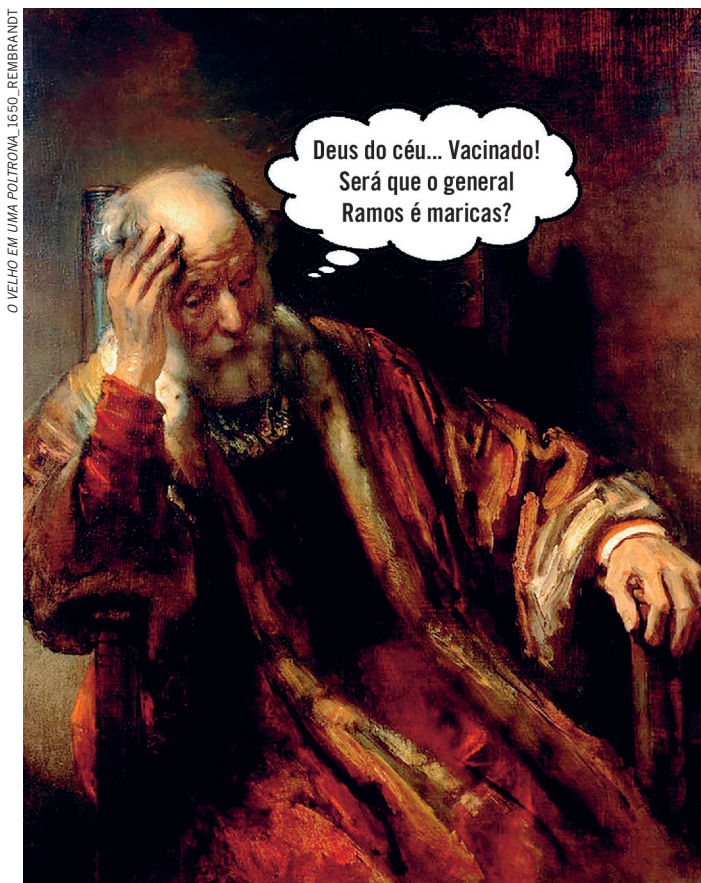
MUSEU DO FUTEBOL
GESTÃO

CONCEPÇÃO

APOIO DE MÍDIA

REALIZAÇÃO





O VELHO EM UMA POLTRONA, 1650, REMBRANDT

inclusive em terras indígenas, materializado no projeto de lei nº 191, de fevereiro de 2020, que o presidente enviou para votação ao Congresso. O projeto de lei diz o seguinte: “Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.”

Pressões de parte dos povos indígenas e da sociedade civil levaram o então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a comprometer-se em arquivar o projeto. Meses depois, entretanto, ele o colocou novamente em tramitação, que seguiu de forma lenta. Com a reviravolta política que culminou na eleição de Arthur Lira, apoiador de Bolsonaro, o projeto mudou de estatuto, tornando-se prioritário, de modo que pode ser votado a qualquer momento. Em razão desse incentivo do presidente, que se somou ao desmonte dos órgãos de fiscalização ambiental, como o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), e da Funai, de proteção ao índio, estima-se que mineradores ilegais destruíram na Floresta Amazônica uma área equivalente a 10 mil campos de futebol somente em 2019, um aumento de 23% em relação ao ano anterior.

Com a crise mundial causada pela Covid-19, recorreu-se novamente ao ouro

como investimento seguro, o que causou alta do minério e impulsionou, mais uma vez, o fluxo de garimpeiros. O jornal *Financial Times*, baseado em informações do Ministério da Economia, informou que, entre janeiro e setembro de 2020, o Brasil exportou quase 3,4 bilhões de dólares em ouro, aproximadamente o mesmo que em todo o ano de 2019. “Em comparação ao período de janeiro a setembro de 2018, as exportações cresceram 60%”, escreveu o jornal. Estima-se que somente na Terra Indígena Yanomami existam hoje cerca de 20 mil garimpeiros invasores, que, além de desmatar e contaminar os rios, têm sido uns dos principais transmissores da Covid-19 aos indígenas.

Em uma mesa redonda sobre mineração e terras indígenas no Acampamento Terra Livre, que no ano passado foi realizado de forma virtual devido à pandemia, o pesquisador Tiago Moreira dos Santos, do ISA, informou que existem 3,7 mil requerimentos de mineração em áreas indígenas e unidades de conservação na Amazônia Legal. A maioria foi pedida por companhias de mineração, mas há também os requerimentos feitos por pessoas físicas. As novas atividades de mineração, se aprovadas, afetariam 31 terras indígenas, incluindo metade das áreas habitadas por povos isolados, bem como 17 unidades de conservação.

De acordo com o jornalista Maurício Angelo, fundador do jornal eletrônico *Observatório da Mineração*, um estudo feito por pesquisadores brasileiros – da USP, UFMG e ISA – e australianos,

publicado na revista científica *One Earth*, estima que o projeto de lei nº 191, caso seja aprovado, causará o desmate de 160 mil km² de floresta, área equivalente à da Inglaterra, e o impacto da mineração se estenderia por 70 km além dos limites das áreas autorizadas. O jornalista também afirmou que o lobby do governo Bolsonaro para a aprovação é incessante. Em março de 2020, Alexandre Vidigal de Oliveira, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, liderou a comitiva brasileira no maior evento mundial de mineração, organizado pela Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC), realizado naquele país. O Canadá tem 95% de sua mineração em terras indígenas. Durante a mesa redonda do ISA, o diretor de programas da organização norte-americana Amazon Watch, Christian Poirier, disse que legalizar a mineração em áreas indígenas é o sonho de Bolsonaro – ao que a líder indígena Sonia Guajajara acrescentou: “O seu sonho é o nosso pesadelo.”

Na esteira dessas iniciativas, o governo de Roraima, onde se localizam as aldeias yanomamis, sancionou a lei nº 1453, publicada no *Diário Oficial do Estado*, em 8 de fevereiro passado, liberando o garimpo com uso de mercúrio. As reações foram imediatas: o Ministério Público Federal solicitou à Procuradoria-Geral da República que entrasse com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, e os indígenas e seus apoiadores organizaram um protesto no Monumento ao Garimpeiro, em Boa Vista, vestindo camisetas onde se liam as seguintes frases: “Fora garimpo” e “Mercúrio mata”. No momento, a lei se encontra suspensa, por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF.

O garimpo causa muita destruição em nome de um desenvolvimento inexpressivo e fugaz das economias locais. Um estudo recente, *Qual o Real Impacto Socioeconômico da Exploração de Ouro e Diamantes na Amazônia?*, realizado pelo Instituto Escolhas (organização sem fins lucrativos dedicada a debater a sustentabilidade), constatou que os efeitos positivos da atividade garimpeira sobre os indicadores sociais (saúde, educação e PIB per capita dos municípios) são momentâneos, com uma duração que oscila entre 3 e 5 anos, no máximo. “A extração desses minérios não é capaz de transformar a realidade local a longo prazo e manterá a região pobre, doente e sem educação”, diz o trabalho. Os estragos, por outro lado, são duradouros: “O estudo comprova estatisticamente que a extração de ouro e diamantes causa um aumento no desmatamento dos municípios da Amazônia Legal. E o que foi desmatado, permanece.”

Os indígenas se veem cada vez mais fragilizados diante da truculência dos garimpeiros invasores, sobretudo quando estes são apoiados pelos governos

(federal, estadual e municipal). Um homem munduruku, que não quis se identificar por temer represálias, revelou que os habitantes de sua aldeia tentam evitar o confronto com os garimpeiros, limitando-se a avisá-los de que não é permitido explorar minérios ali. Contou ainda que os garimpeiros insistem que têm autorização e “que o governo está liberando para trabalhar”. Outros indígenas mundurukus com os quais conversei enfatizaram o clima violento desses confrontos, que também envolvem, como me disseram, indígenas cooptados pelos garimpeiros “em troca de 10% dos lucros”. Essa minoria indígena pró-garimpo vem sendo cooptada tanto por garimpeiros como por políticos locais. O próprio presidente da República os incentiva em suas manifestações midiáticas pela liberação do garimpo em terras indígenas.

“Agente tem que tomar cuidado. Como a gente tá sempre circulando na cidade, não tem proteção. Ainda mais agora, com esse governo que é totalmente a favor da exploração mineral nas terras indígenas. Qualquer informação contra coloca a gente em risco”, disse-me um homem munduruku, que também pediu anonimato, por medo de retaliações. Quando perguntei a ele se os mundurukus se preocupam com a contaminação, ele respondeu: “Não é assunto em Itaituba [perto de onde ele vive]. Pessoal meio que encobre isso. A própria gestão municipal é a favor. Você vê o prefeito, a cidade inteira a favor. A economia da cidade gira em torno do ouro. Daí você vê a dificuldade de lutar contra a exploração. Tem que ter cuidado.” Um passeio pela internet revela que Itaituba é chamada de Cidade Pepita.

De acordo com o cacique-geral Arnaldo Kabá Munduruku, a aldeia Katô, onde ele vive, está circundada de garimpos ilegais, presentes desde os anos 1950, mas que começaram a se adensar a partir de 2010. “Não tem balsa aqui, não. Só tipo trator. Vira a terra tudinho e depois o igarapé fica todo virado. Cria muita doença.” Segundo ele, o clima é de muita tensão. “Eu tô arriscando minha vida por aqui”, afirmou. Contaram-me que Arnaldo Kabá não pôde apresentar os resultados da pesquisa da Fiocruz nas comunidades porque foi ameaçado por pessoas favoráveis ao garimpo.

Assim que cheguei para fazer a minha pesquisa de campo entre os wari’, eles me tratavam pelo termo “inimigo”, como faziam com os outros brancos. Um dia, trabalhando com uma família na roça, uma menina me ofereceu uma larva viva de palmeira para comer, alimento apreciado por eles e que costumava causar nojo aos brancos. Quando viram que a comi com gosto, espalharam a notícia na aldeia e passaram a dizer que eu havia me tornado wari’, ou seja, um ser humano propriamente dito.

Para os indígenas da Amazônia, o ato de alimentar é parte central da cons-

tituição dos laços de parentesco. Dado que os indígenas não têm uma concepção estritamente biológica desses laços, as crianças vão se tornando filhos e filhas de verdade ao serem alimentadas por seus pais, o marido pela mulher, e os pais pelos filhos, quando adultos. O alimento é aquilo que faz os corpos se tornarem corpos de parentes, de modo que um filho adotivo se torna equivalente a um filho biológico ao ser alimentado pela família que o adotou. O peixe é um dos principais meios dessa troca alimentar que constitui pessoas plenas e aparentadas, assim como um ambiente seguro e bom para viver.

Esses povos partilham, além disso, uma concepção de doença muito distinta da nossa. Os acidentes – como cortes ou dores pontuais, mesmo que agudas – não são considerados doenças, a não ser que causem febre e, sobretudo, prostração e inapetência. A doença é concebida como um processo de captura da alma de alguém por outros sujeitos, sejam estes espíritos, mortos, animais ou feiticeiros, com o objetivo de levar a pessoa para junto de si. Por isso, podem agredi-la com flechas e outros objetos, ou simplesmente raptá-la, usando a comida como chamariz. Entre diversos povos amazônicos, a recusa da comida oferecida por parentes é entendida como manifestação de um interesse maior da pessoa pelo alimento desses outros seres e sinal evidente de doença e de risco de morte: significa que a pessoa pode estar passando de um mundo para outro, do mundo dos vivos para o dos espíritos.

Além de demorar para se tornar visível, como sintoma, a contaminação por mercúrio não se adequa bem àquilo que na concepção dos indígenas define uma doença. As primeiras evidências da intoxicação – como dificuldade para realizar movimentos finos, estreitamento da visão, desequilíbrio e, no caso de crianças, falta de atenção e dificuldades no aprendizado – não são acompanhados de febre ou prostração, que são, para eles, sintomas característicos de doenças perigosas e mortais. Quando perguntei a Jairo Saw Munduruku se conhecia pessoas afetadas pelo mercúrio, ele me disse: “A gente não conhece pessoa com excesso de mercúrio. A gente desconhece como ele procede.”

Mas há muito mais. A floresta, os rios e especialmente os animais são, para os povos indígenas, entidades com subjetividade. “A gente enxerga esses habitantes como animais, mas são humanos”, observou Jairo Saw. Para os mundurukus, cada espécie animal tem a sua “mãe”. A mãe dos peixes vive em cachoeiras e igarapés. “Onde a mãe está, os peixes se concentram, porque tem alguém ali cuidando deles.” Antes de fazer uma pescaria é preciso pedir permissão à mãe dos peixes, alegrando-a com rituais. “Ela autoriza, dá fartura”, disse Jairo Saw. “Os não indígenas estão destruindo os lugares sagrados. Os pei-

xes acabam ficando doentes, e a mãe é responsável. Ela fica entristecida vendo seus filhos morrerem. Então ela se vinga, provocando tempestade, desastre, picada de cobra, escorpião, onça que pega, avião que cai. E agora essa pandemia. Ela está sendo desrespeitada. Tão destruindo o povo dela. Faz tempo que a gente está falando nisso, que se mexesse nesses lugares sagrados uma desgraça ia acontecer.” Um dos mais importantes lugares sagrados, a Cachoeira das Sete Quedas, na fronteira de Mato Grosso com o Pará, foi destruído para a construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires. “Era lugar dos mortos. Muitos peixes morreram, muitos peixes estão doentes.”

“Eu já venho percebendo muita diferença de meu tempo de rapaz”, disse um dos pajés remanescentes dos mundurukus, cujo pai também era pajé. “O garimpo prejudica a conversa com os espíritos. Vai afugentando os peixes e os animais.” Ele viu o garimpo chegar em sua terra na década de 1950, com homens brancos “varando” do Amazonas até a região onde hoje fica a aldeia Sai Cinza, de onde desceram para Jacareacanga e para o Rio das Tropas, no Pará. “Mãe da caça e mãe dos peixes estão reclamando dessa situação. Porque estão fazendo isso? Os filhos delas não têm para onde correr, vivem descarreirados, não têm onde ficar. Estão acabando com os matos, deixando os bichos sem saber para onde ir. Os velhos falavam que isso ia acontecer e tá acontecendo.”

A gravidade da situação é maior do que se imagina, pois as consequências da invasão e destruição não se restringem às doenças pontuais, mas causam malefícios e desastres de âmbito global, que afetam não apenas os indígenas, mas todos nós. “As pessoas estão aqui na Terra só preocupadas com elas mesmas. Nós estamos preocupados com o mundo inteiro, elas não”, disse Jairo Saw.

A única solução, como propõe a pesquisa da Fiocruz, é o controle do garimpo, expulsando os invasores das terras indígenas e lutando contra as propostas de liberação da atividade mineradora em áreas protegidas. É o que pede também um relatório da Assembleia da Resistência do Povo Munduruku, realizada em dezembro do ano passado, com representantes de 47 aldeias do Baixo, Médio e Alto Tapajós. Além de defenderem a retirada do projeto de lei nº 191, os indígenas querem a expulsão dos garimpeiros, a suspensão da concessão de novas lavras de ouro e de projetos de hidrelétricas na região, a implantação de radares para fiscalização da área e o respeito à sua medicina e aos seus lugares sagrados. Como assinala a pauta da assembleia: “Com o território doente o povo fica doente.”⁴ 🌱

⁴ Agradeço a colaboração de Paulo Cesar Basta, Rafael Cariello, Manuela Carneiro da Cunha e muito particularmente de Fernanda Moreira e dos interlocutores mundurukus e yanomamis.



Muito + que uma casa de shows

Desde 2017, a gente acredita que uma casa de shows tem que celebrar a pluralidade da música brasileira, ajudando a amplificar as vozes de artistas, coletivos e movimentos de todo o país. Tem que fazer refletir e emocionar, conectando todes que amam e fazem música. Tanto no palco físico quanto no virtual.

Casa Natura Musical, 4 anos
#NosEncontramosNaMúsica

Acesse o novo site:

➔ casanaturamusical.com.br

Siga a Casa nas redes:

